

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.328 - SC (2018/0346306-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **JULIO CESAR MACANEIRO**  
**AGRAVANTE** : **JULIANA PICKLER**  
**ADVOGADOS** : **DALTO EDUARDO DOS SANTOS E OUTRO(S) - SC025126**  
**TATIANA DOS SANTOS RUSSI - SC029738**  
**AGRAVADO** : **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE**  
**BLUMENAU - SAMAE**  
**ADVOGADO** : **Mariana Bastos Yoshimine E OUTRO(S) - SC053423**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEMANDA VERSANDO SOBRE O FORNECIMENTO DE ÁGUA EM RESIDÊNCIA. INSURGÊNCIA CONTRA ATO DE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO QUE INDEFERIU A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOLICITADO. MATÉRIA DE DIREITO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. ENVIO DOS AUTOS PARA REDISTRIBUIÇÃO.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por Julio Cesar Macaneiro e Juliana Pickler contra a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que não admitiu o processamento do recurso especial manejado contra acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. PRETENSA INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE ÁGUA EM RESIDÊNCIA. INSURGÊNCIA ANTE AO ATO DA CONCESSIONÁRIA - SAMAE - QUE NEGOU O SERVIÇO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA INDEFERIDO NO JUÍZO A QUO MAS ACOLHIDO MONOCRATICAMENTE EM ANÁLISE PERFUNCTÓRIA.

PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO. AUSÊNCIA DE ALVARÁ E DE OUTRAS PROVAS DA REGULARIDADE DA CONSTRUÇÃO. REQUISITOS DO ART. 300, DO NCPC, NÃO VERIFICADOS. PEDIDO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA CONCEDIDO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Não comprovada a regularidade da ocupação, não se pode compelir a concessionária dos serviços de água e esgoto a realizar a ligação da rede em edificação clandestina. A existência de outras edificações em situação semelhante e destinatárias do serviço não é argumento idôneo para tolerar a irregularidade da construção, pois os abusos e as violações da lei devem ser coibidos, não imitados.

Em suas razões recursais, os recorrentes alegaram que o referido acórdão divergiu da orientação de outros Tribunais, ao argumento de que "a suposta

irregularidade sob a residência dos Recorrentes não deve sobrepor o direito constitucional ao saneamento básico/fornecimento de água potável tendo em vista o caráter essencial que este serviço possui" (e-STJ, fl. 198).

Brevemente relatado, decido.

A distribuição da competência entre órgãos julgadores que compõem o Superior Tribunal de Justiça é definida pela natureza da relação jurídica litigiosa, consubstanciada no pedido e na causa de pedir, sem ressalvas quanto à natureza jurídica das partes que figuram na lide.

Nos termos do Regimento Interno desta Corte Superior, a Primeira Seção possui competência genérica para apreciar os feitos relativos ao direito público em geral, representado, na espécie, pelo pleito de fornecimento de água potável formulado pelos ora agravantes contra a SAMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto, concessionária de serviço público.

Assim, versando a demanda sobre direito público, a competência é da Primeira Seção desta Corte.

Ante o exposto, determino a redistribuição do presente agravo em recurso especial a um dos Ministros integrantes das Turmas da Primeira Seção do STJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator